

# **EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE TERESINA**

Ronniluana Soares Pires  
(Graduanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI)

## **Resumo:**

O presente trabalho representa os resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica (IC). Tendo por objetivos analisar a evolução das matrículas da rede pública municipal de Teresina e avaliar o processo de municipalização das mesmas. A metodologia do trabalho envolveu estudos sobre a temática desenvolvida, sendo realizados embasamentos teóricos, utilizando-se da teoria de Sales (2011), Haidar e Tanuri (1998) e outros autores que se fizeram imprescindível a este trabalho. A metodologia utilizada ocorreu mediante o acesso aos microdados disponibilizados no *site* do Inep/Mec os quais passaram por um processo de análise e seleção das variáveis de interesse da pesquisa. A pesquisa possibilitou entender que a municipalização em Teresina ocorre mediante duas vias: vantagens econômicas e suposta qualidade das escolas municipais.

**Palavras - chaves: Municipalização, Matrículas, Teresina**

## **Introdução**

O presente relatório parcial de Iniciação Científica Voluntário, intitulado “Evolução das matrículas da rede pública municipal de Teresina”, está articulado com o projeto desenvolvido pelo professor orientador, Luís Carlos Sales, denominado “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas - o caso do estado do Piauí,” com financiamento da CAPES.

Neste sentido, o trabalho aqui desenvolvido se justifica pela relevância de acompanhar a evolução das matrículas da rede pública estadual de Teresina, no sentido de observar se houve movimentação de matrícula da rede Estadual para as redes municipais, fenômeno que ficou conhecido na literatura como municipalização.

A presente pesquisa de Iniciação Científica está relacionada com o objetivo geral da pesquisa do professor orientador: “analisar as configurações, os impactos, os impasses e as perspectivas decorrentes da implantação do Fundef, do Fundeb e do Piso Salarial Profissionais Nacionais na estrutura de remuneração dos professores da educação básica na rede estadual do Piauí”. O recorte feito para os planos de trabalhos

da pesquisa de Iniciação Científica apresenta os seguintes objetivos específicos: I) analisar a evolução das matrículas da rede pública estadual do Piauí, por meio da utilização dos microdados disponibilizados pelo MEC/INEP; II) analisar a evolução das matrículas da rede pública municipal de Teresina, por meio da utilização dos mesmos meios.

Esta pesquisa de Iniciação Científica faz um recorte no projeto do orientador, destacando o seguinte objetivo: analisar a evolução das matrículas da rede pública municipal de Teresina, por meio da utilização dos microdados disponibilizados pelo MEC/INEP e específicos: avaliar o processo de municipalização das matrículas em Teresina.

Este relatório apresenta os resultados parciais do trabalho de Iniciação Científica desenvolvido no período de agosto de 2011 a março de 2012. O texto redigido segue a seguinte estrutura: **introdução**, partido dos objetivos da pesquisa, apresenta de forma breve todos os elementos desenvolvidos no trabalho; a **revisão da literatura** apresenta os principais autores que dialogam com o objeto de estudo da pesquisa; a **metodologia** descreve os caminhos utilizados para atingir, alcançar os objetivos da pesquisa; **resultados e discussões** são apresentados os resultados parciais da pesquisa em andamento, destacando a movimentação das matrículas das redes: municipal, estadual e particular de Teresina; **considerações finais** são apresentadas as conclusões preliminares da pesquisa.

## **Revisão da literatura**

A revisão de literatura realizada neste relatório de Iniciação Científica tem como foco dialogar com os principais autores que discutem a movimentação das matrículas da Educação Básica no Brasil, bem como estudar o fenômeno da municipalização do ensino.

Estudos apontam que até metade do século XVIII, o Estado brasileiro ainda não havia arcado com as responsabilidades educacionais para si, que somente teve início após a expulsão dos jesuítas, por meio do Alvará de 28 de junho de 1759. Passando assim o Estado a assumir as responsabilidades referentes à promulgação e manutenção da educação.

O período em questão pode ser facilmente compreendido em:

Ao afastar os jesuítas e ao assumir a responsabilidade pela instrução pública, Pombal pretendia não apenas renovar o ensino em seus métodos e processos, mas laicizá-lo em seus objetivos, colocando-o a serviço dos interesses civis e políticos do Império Luso. Entretanto, proscrito os iniciou aos quais estivera confiado o ensino, devia-se recriar todo um sistema educacional. Tal programa, parcialmente realizado em Portugal, não se cumpriu no Brasil, e o ensino que se reconstruí sobre as ruínas do sistema jesuítico, nas décadas posteriores, fragmentado na aulas régias de humanidades, ciências e primeiras letras, tardaria muito organizar-se. (HAIDAR E TANURI, 1998, p. 59-60)

Ainda em 1834, com a promulgação do Ato Adicional, têm início as discussões acerca da municipalização/descentralização do processo de ensino educativo. Este Ato Adicional veio com a finalidade de delegar às províncias, conforme § 2º do Artigo 10, a incumbência de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprias a promovê-la. “Em conseqüência, as províncias, sem recursos materiais e com problemas quanto aos recursos humanos, viram-se encarregadas de assumirem a imensa tarefa de proporcionar o ensino popular. “Para dar cabo dessa incumbência apelaram para os auxílios das Câmaras Municipais, iniciando um trabalho conjunto, em grande parte, de subordinação destas àquelas.” (MOTA *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 17).

Como se percebe, a luta pela municipalização do ensino brasileiro é muito antiga e uns dos pensamentos mais marcantes, a esse respeito, foram às idéias de Anísio Teixeira nos anos de 1957, que, segundo Azanha (1991), podem ser simplificadas em quatro enunciados: 1) com relação ao ensino primário, o município teria as atribuições de organização. Administração e execução. Apenas a supervisão ficaria a cargo do Estado; 2) o desempenho das atribuições municipais de educação ficaria a cargo de um conselho de educação; 3) ao conselho municipal de educação caberia a determinação do custo do aluno nas escolas do município e a fixação da cota municipal de contribuição possível para fazer face a esse custo; 4) a municipalização do ensino primário ofereceria vantagens de ordem administrativa, social e pedagógica.

Reconstituir os primeiros processos de municipalização no Brasil muito nos esclarecerão a respeito das formas utilizadas no período colonial, quando a educação saiu do controle dos Jesuítas para o controle do Estado brasileiro.

Com a Constituição Federal de 1988, delegou-se à educação brasileira um *status* de reconhecimento da pessoa humana, em relação a seus direitos educacionais. A partir da referida Constituição, Estados, Municípios e o Distrito Federal deveriam aplicar em educação um mínimo de 25% de receita proveniente de impostos e

transferências em manutenção e desenvolvimento do ensino. Não havendo limitações ou restrições quanto às preferências de estados e municípios em atender essa ou aquela etapa da Educação Básica.

Em relação à repartição das receitas do Fundeb, a distribuição dos recursos passou a tomar como base os dados de matrículas presenciais registradas no Censo Escolar do ano anterior, das redes públicas estadual, distrital e municipal. A distribuição dos recursos se processa automaticamente, mediante créditos dos valores devidos a cada ente governamental em conta específica mantida para este fim.

O Fundef tem seus repasses de modo automático aos Estados e Municípios, de acordo com coeficientes de distribuição estabelecidos e publicados previamente. As receitas e despesas, por sua vez, deverão estar previstas no orçamento, e a execução contabilizada de forma específica.

Com o Fundef, a educação infantil e o ensino fundamental ficaram aos cuidados dos municípios; o ensino fundamental deveria ser assegurado pelos Estados e o ensino médio ficaria prioritariamente ofertado pelos Estados e Distrito Federal.

Segundo Sales (2011), o Fundef

teve impacto positivo nas matrículas, o qual atingiu, em poucos anos, a quase universalização desse nível de ensino (98%). A subvinculação de 15% destinada ao ensino fundamental prejudicou o atendimento da Educação Infantil, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. (p.7)

Nesta perspectiva, constata-se que a ação do Fundef agiu como regulador dos níveis de matrículas que, em pouco tempo, alcançou uma porcentagem significativa na educação fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, assim como o Fundef, também surgiu no intuito de ampliar os direitos e viabilizar melhores condições educacionais nos termos da educação básica. Ficando a cargo do Estado assegurar o ensino fundamental com ênfase no ensino médio.

Após a implantação da LDB (Lei de Diretrizes Bases da Educação), ocorreu, de forma natural, o movimento de matrículas da Educação Infantil das redes estaduais para as redes municipais, sendo que as matrículas dos municípios que atendiam o Ensino Médio foram transferidas para as redes estaduais de ensino. Nesta perspectiva, viabilizou-se a não concorrência de matrículas entre Educação Infantil e Ensino Médio. O Ensino Fundamental, portanto, torna-se objeto de disputa entre Estados e Municípios, havendo uma tendência de os municípios se destacarem no atendimento dos anos

iniciais do ensino fundamental e os Estados se destacarem no atendimento dos anos finais do ensino fundamental.

Tal fenômeno, amparado na lógica do FUNDEF, estimulou uma acirrada disputa em busca de atendimento no ensino fundamental, pois para cada aluno contabilizado no Censo Escolar, correspondia mais receita para Estados ou municípios no ano seguinte, ou seja, por meio dessa lógica, quanto mais aluno a escola matriculasse mais receita a mesma recebia. “Neste caso, qualquer aumento na quantidade de alunos, já em 1997, representaria aumento nas receitas de Estados e Municípios em 1998.”

Segundo Sales (2011), já no ano de 1996

[...] estava desenhado o novo cenário do financiamento da educação pública no Brasil, dando início o fenômeno das transferências de matrículas, das redes estaduais para as municipais, que ficou conhecido como municipalização do ensino. (p.4)

A experiência do FUNDEF que vigorou durante os anos de 1997 a 2006 permitiu o surgimento de um novo fundo (FUNDEB), o qual possibilitou uma maior abrangência; mesmo sendo substituído, o antigo fundo pode evidenciar muitos benefícios à educação como já destacado:

A diminuição do custo-aluno entre governo municipal e estadual, através do mecanismo de distribuição dos 15% vinculados ao número de matrículas em cada rede; proteção do nível do salário do magistério, pela vinculação de 60% dos recursos gerados para o pagamento de professores em exercício; aumentou a transparência do financiamento, diminuição assim de desvios de verbas. (RODRIGUES, 2010, p. 25)

Mesmo o FUNDEF tendo sido um diferencial na ampliação do atendimento do ensino fundamental, esse recebeu críticas por só priorizar os alunos do ensino fundamental, sendo por essa razão que foi proposto e implantado o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação), abrangendo toda a educação básica. O Fundeb foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, sendo regulamentado pela Medida Provisória nº 339, posteriormente convertida na Lei nº 11.494 de 2007, sendo um fundo comum do governo de cada estado e os seus municípios, tendo vigência até o ano de 2020.

## **Metodologia**

A pesquisa em andamento desenvolve-se na área de financiamento da educação, visando discutir a evolução das matrículas da rede pública municipal de Teresina, dando ênfase ao fenômeno da municipalização do ensino, caracterizada pela movimentação das matrículas da rede estadual para municipal. Ao optar pela discussão da modalidade de ensino público municipal, faz-se necessário realizar uma revisão bibliográfica que possa permitir uma maior compreensão acerca do termo em estudo, proporcionando assim uma visão mais ampla da municipalização desde seus primórdios como prática brasileira no atendimento da oferta de ensino.

O desenvolvimento da pesquisa tem sido viável, mediante ao acesso aos microdados disponibilizados no site do Inep/MEC os quais, após a realização do *download*, foram decodificados para serem lidos em planilhas do programa SPSS. A partir das planilhas, procedeu a seleção das variáveis de interesse da pesquisa, a verificação da consistência das informações disponibilizadas, bem como a análises e as inferências estatísticas.

Todo o desenvolvimento da pesquisa será elaborado em duas etapas, de acordo com as datas de envio do relatório de Iniciação Científica. A primeira etapa foi desenvolvida de agosto de 2011 a março de 2012, abrangendo todo o processo metodológico necessário para o desenvolvimento inicial da pesquisa. A segunda etapa será elaborada de março a agosto de 2012.

## Resultados e discussões

Para analisar a movimentação das matrículas do município de Teresina, foram extraídos dados de matrículas dos microdados do INEP, correspondendo uma série histórica de 1996 a 2009. Foram tabuladas as informações contidas nos referidos microdados e apresentados em forma de tabela e gráfico para melhor visualização dos resultados.

A seguir são apresentados os resultados parciais da pesquisa, por meio da Tabela 1 e do Gráfico 1.

**Tabela 1:** Movimentação de Matrículas em Teresina 1996 - 2010

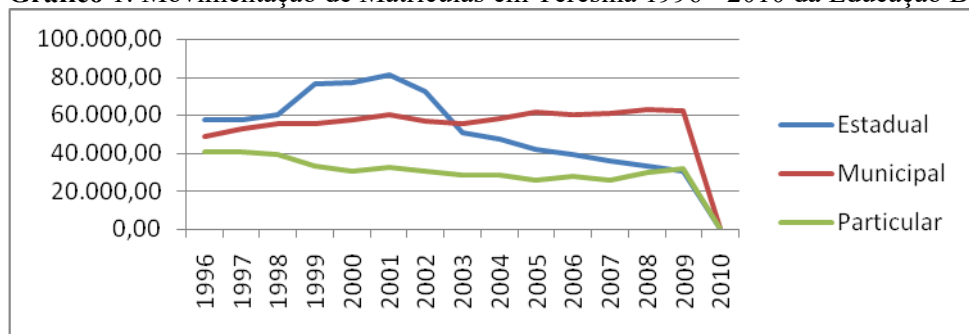
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Estadual</b>	57.721,00	57.272,00	60.027,00	76.276,00	77.115,00	81.149,00	72.276,00
<b>Municipal</b>	48.946,00	52.519,00	55.182,00	55.231,00	57.838,00	59.994,00	56.641,00
<b>Particular</b>	40.329,00	40.491,00	38.981,00	32.778,00	30.587,00	32.082,00	30.054,00
<b>Total</b>	146.996,00	150.282,00	154.190,00	164.285,00	165.540,00	173.225,00	158.971,00
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>

<b>Estadual</b>	50.445,00	47.396,00	41.947,00	39.241,00	35.517,00	33.215,00	30.738,00
<b>Municipal</b>	55.703,00	58.340,00	61.342,00	59.981,00	60.809,00	62.934,00	62.454,00
<b>Particular</b>	28.478,00	28.389,00	25.330,00	27.872,00	25.826,00	29.404,00	31.890,00
<b>Total</b>	134.626,00	134.125,00	128.619,00	127.094,00	122.152,00	125.553,00	125.082,00

Fonte: MEC/Inep

A tabela acima apresenta uma síntese da evolução das matrículas compreendendo a série histórica da pesquisa.

**Gráfico 1:** Movimentação de Matrículas em Teresina 1996 - 2010 da Educação Básica



Fonte: MEC/Inep

A tabela acima apresenta a movimentação que ocorreu com as matrículas da capital de Teresina nos âmbitos estadual, municipal e particular, compreendendo a série histórica de 1996 a 2010. Na rede particular de ensino, pode-se constatar uma pequena queda de matrículas no período de 1996 a 2005 e uma discreta recuperação nas matrículas no período de 2006 a 2009.

A movimentação das matrículas municipais aparece aqui como o principal objeto de nosso estudo, no Gráfico em destaque, percebe-se uma tendência de crescimento na série histórica considerada (de 96 a 2009).

A rede estadual possuía em 1996 a maior quantidade de matrículas, apresentando um expressivo crescimento de 1996 a 2001 e partir daí apresenta (de 2001 a 2009) forte tendência de queda nas matrículas.

É possível se afirma que a queda das matrículas da rede estadual juntamente com o crescimento das matrículas da rede municipal pode ser um evidência que em Teresina o fenômeno caracterizado de municipalização está em processo desde o ano de 2001, por existir um fluxo de alunos migrando da rede estadual para a municipal

### Considerações finais

O presente relatório de Iniciação Científica Parcial teve como finalidade discutir a evolução das matrículas da rede pública municipal de Teresina, no período de

1996 a 2009, no contexto do Fundef (1996 – 2006) e do Fundeb (2007 - 2009), procurando observar o impacto desses fundos na movimentação das matrículas da rede estadual para a municipal.

Observou-se ainda que o crescimento das matrículas da rede municipal e estadual em Teresina, antes da vigência do Fundef, pode ser entendido como uma “corrida” antecipada do Estado e do Município, por matrícula, com vistas a aumentar suas receitas.

A tendência de municipalização observada em Teresina, por meio da movimentação de matrículas da rede estadual para a municipal, pode ter duas explicações: 1) motivada pela vantagem econômica para as duas redes (para a rede que cede alunos e para a rede recebe alunos); 2) a suposta qualidade das escolas municipais tenha atraído os alunos da rede estadual para a municipal;

As razões e as peculiaridades das matrículas em Teresina e os contextos econômicos e políticos, por não terem sido ainda analisados, serão analisados na continuação da pesquisas.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em<: <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2012. 2011.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19/12/06. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2006. < Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 dez.2011.

CALLEGARI, César. Uma nova supervisão para um novo mapa educacional paulista. Disponível em: <http://www.cesarcallegari.com.br/artigos/Download/nova%20sup%20um%20novo%20mapa%20educ.doc>. Acesso em: 28 jan.2011. dos primórdios até a primeira Lei de diretrizes e Bases. In: MEMESES, João Gualberto et.al. **Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo: Pioneira, 1998.**

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, Leonor Maria. **A educação básica no Brasil.**

MOTA, Ademar Benedito Ribeiro da. **A história da municipalização do ensino no Brasil.** Uniso – Universidade de Sorocaba

**RODRIGUES, Dailane Esmeriana. Fundeb em Teresina (2006 - 2009):** valorização do magistério público estadual?



BRASIL. Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei. Disponível em: <[http://www.dji.com.br/medidas\\_provisorias/2006/mp-000339-000-28-12-2006.htm](http://www.dji.com.br/medidas_provisorias/2006/mp-000339-000-28-12-2006.htm)>. Acesso em: 22 dez.2011.

BRASIL. [Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007](#). Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm)>. Acesso em: 22 dez.2011.

SALES, Luís Carlos. **A movimentação das matrículas no ensino fundamental no estado do Piauí (1997 a 2010)**. 2011

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.